



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Segunda - feira, 21 de Abril de 2025 | Ano V, n.º 426 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Polícia moçambicana reprime marcha pacífica de jovens contra assassinatos e desaparecimentos forçados

- A polícia moçambicana frustrou, no sábado, 19 de abril, uma tentativa de marcha pacífica organizada por jovens activistas e membros da sociedade civil, em protesto contra a crescente onda de assassinatos, sequestros e desaparecimentos de jovens em todo o país. A manifestação, agendada para às 9h, partiria da Estátua de Eduardo Mondlane até à sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Maputo, mas foi impedida ainda no ponto de partida pela Unidade de Intervenção Rápida (UIR).



A concentração teve início por volta das 8h30, conforme previamente comunicado aos participantes e às autoridades. No entanto, antes mesmo que a marcha começasse, os manifestantes foram surpreendidos por um forte contingente po-

licial. A UIR posicionou-se com armamento pesado, canhões de água e gás lacrimogéneo, cercando os participantes e inviabilizando qualquer possibilidade de avanço. Viaturas blindadas e agentes da Polícia de Protecção também reforçaram o bloqueio.

Em tom claramente intimidatório, os agentes da polícia deram apenas dois minutos para que os manifestantes deixassem o local, sob ameaça de dispersão forçada. O ultimato foi emitido por meio de megafones, numa demonstração explícita de repressão ao direito de reunião e manifestação pacífica.

Durante a cobertura da manifestação, a Oficial de Protecção da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH), Nádia Munguambe, foi alvo de intimidação por três agentes policiais. No momento em que realizava uma transmissão ao vivo, os agentes tentaram, à força, confiscar o seu equipamento de trabalho. O episódio gerou tensão entre os presentes e é mais um sinal da escalada de repressão contra defensores de direitos humanos e da crescente hostilidade à liberdade de imprensa.

Apesar de os organizadores terem previamente notificado as autoridades e assegurado o carácter pacífico do evento, a polícia justificou a sua intervenção alegando que “não estavam criadas condições para a realização da marcha”. A decisão gerou revolta entre os manifestantes e foi amplamente interpretada como mais um indício do fechamento do espaço cívico no país.

“Esta repressão é sinónimo de ditadura. Fica claro que apenas o partido FRELIMO tem o direito de marchar neste país. Não há liberdade. Isto é um atentado à liberdade de expressão”, afirmou Clemente Carlos, jornalista e activista, um dos organizadores do protesto. Para ele, a actuação da polícia revela um profundo desrespeito pelos direitos consagrados na Constituição da República.

A marcha fora convocada em resposta à onda de assassinatos que tem abalado o país, especialmente desde as eleições de outubro de 2024. Segundo o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), mais de 350 pessoas perderam a vida em circunstâncias violentas desde então. Muitos desses crimes são atribuídos a agentes estatais ou ocorrem sob suspeitas de envolvimento de forças de segurança.

Um dos episódios mais recentes e que motivou a realização da marcha foi a tentativa de assassinato do músico Joel Amaral, conhecido como MC Trufafá. O artista, próximo do político Venâncio Mondlane, foi baleado e sobreviveu, facto que aumentou o sentimento de insegurança e a mobilização entre jovens e activistas.

“Por que não utilizam esses blindados para travar a guerra em Cabo Delgado? Nós só temos cartazes, bandeiras e celulares para filmar. Não cometemos nenhum crime, e a polícia responde com gás, blindados e armas letais. É revoltante”, desabafou Eduardo Comé, de 28 anos, numa transmissão ao vivo nas redes sociais, visivelmente indignado com a resposta desproporcional das forças de segurança.

Apesar da repressão ter impedido a realização completa da marcha, pequenos grupos conseguiram avançar por alguns metros na Avenida Eduardo Mondlane, entoando palavras de ordem como “Povo no poder” e “Salve Moçambique, este país é nosso”. No entanto, foram rapidamente interceptados e dispersos pela polícia na paragem do Ponto Final.

A activista de direitos humanos, Iva Cabral, condenou veementemente a intervenção policial, sublinhando que a acção violava frontalmente a Constituição da República. “Mais uma vez, a polícia interrompe uma manifestação pacífica, violando o direito à manifestação garantido no artigo 51 da Constituição. Este é um pilar fundamental de qualquer Estado democrático”, declarou.

Clemente Carlos reiterou o compromisso dos organizadores com a legalidade e a não violência, garantindo que esta não será a última tentativa de exigir justiça e responsabilização. “Apesar da repressão, sentimos que o nosso objectivo foi alcançado. Conseguimos mostrar ao país e ao mundo que os jovens estão atentos, organizados e determinados a lutar pelos seus direitos.”

Os activistas prometeram remarcar a marcha para uma nova data e continuar a pressionar a Procuradoria-Geral da República a se pronunciar sobre os crimes violentos denunciados nos últimos meses. Para muitos, o silêncio da PGR representa uma cumplicidade perigosa com a impunidade, alimentando a desconfiança generalizada da sociedade em relação às instituições do Estado.

“Não vamos recuar. Vamos continuar a marchar, a denunciar, a ocupar os espaços públicos. Este país também é nosso e exigimos justiça”, concluiu Clemente Carlos.

A sociedade civil permanece vigilante, exigindo que os direitos fundamentais dos cidadãos moçambicanos sejam respeitados num contexto cada vez mais marcado pela repressão, censura e violência política.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

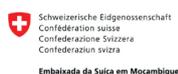
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.
Autora: Sheila Wilson
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

